



Número: **0800437-54.2020.8.18.0026**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Campo Maior**

Última distribuição : **28/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MANOEL SILVA DE SOUSA (AUTOR)		ERASMO PEREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8064046	28/01/2020 10:20	Petição Inicial	Petição Inicial

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA
DA COMARCA DE CAMPO MAIOR – PI.**

MANOEL SILVA DE SOUSA, brasileiro, solteiro, portador do RG Nº. 3.087.794 SSP/PI, inscrito no CPF sob o nº 051.062.593-20, residente e domiciliado na Av. São Francisco, 151, centro, Juazeiro do Piauí-PI, CEP 64343-000, por seu advogado e bastante procurador que a esta subscreve, legalmente constituído por procuração em anexo, vem, com muito respeito e acato à presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ 09.248.608/0001-04**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

PRELIMINARMENTE:

DA JUSTIÇA GRATUITA

O autor informa e declara a este d. Juízo que necessita da benesse relativa à isenção de custas processuais e despesas processuais iniciais, pois não dispõe de recursos econômicos suficientes para fazer frente a essas despesas sem prejudicar o sustento material próprio e de sua família.

Sabe-se que conforme o disposto no art. 4º da Lei 1.060/50, que não foi revogado pelo at. 5º, inc. LXXIV, da CF/88, fica assegurado o benefício da gratuidade de justiça com a simples afirmação da parte de que não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo de seu sustento. No entanto, cabe ao Juiz aferir o real valor do conceito de pobreza, deferindo ou não o benefício diante da situação apresentada nos autos.

Vejamos o entendimento da jurisprudência:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. INDEFERIMENTO. POSSIBILIDADE. LEI 1.060/50. SÚMULA 7/STJ.

– O benefício da assistência judiciária pode ser concedido à vista de



simples afirmação de pobreza da parte, não exigindo a lei comprovação do estado de miserabilidade. Todavia, ressalva-se ao julgador a possibilidade de indeferir o pedido, diante dos elementos de que para tanto dispõe (art. 4º, § 1º, da Lei 1.060/50). Incidência, no caso, da Súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido. (STJ – 4ª T., AgRg no Ag nº 640.391/SP, Rel. Min. Barros Monteiro, DJ 06.02.2006, p. 286)

Neste sentido, o autor traz, junto a este documento, declaração de hipossuficiência firmada.

DOS FATOS

O Autor sofreu um acidente de trânsito enquanto trafegava em sua motocicleta modelo HONDA/CG 125 FAN KS, de cor preta, quando colidiu com uma vaca, na PI 115, próximo à localidade Pedreira, zona rural de Juazeiro do Piauí/PI, perdendo o controle, fato comprovado por boletim de ocorrência registrado sob nº 128567.000385/2019-81, que segue anexo, após foi socorrido por populares e levado até o ao Hospital Regional de Campo Maior/PI.

Segundo relatório médico do Dr. JOÃO CARVALHO, CRM/PI 1858, constatou traumatismo craniano, (CID 10 T90) e cefaleia intensa (CID 10 R51). Ocorre que a lesão deixou sequelas, o que o impossibilitou de ocupar as suas atividades normais, inclusive de qualquer trabalho, pois sente dores constantes na cabeça e pescoço ao realizar esforços, conforme demonstrado também em anexo.

Ressalta-se que o direito do Autor, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo lhe devido, de acordo com o previsto em lei, o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, uma vez que está devidamente evidenciado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente de trânsito e os danos pessoais sofridos pelo Autor.

Evidencia-se também legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, aqui pleiteada, porque a mesma é a seguradora atualmente responsável pelo Consórcio referente ao Convênio DPVAT.

DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974, pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.



Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, **invalidez permanente** e despesas de assistência médica e suplementar. Vejamos o que nos diz este artigo:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Além disso, em conformidade com o mesmo dispositivo legal, o direito à indenização está vinculado apenas à comprovação, pelo Autor, da ocorrência do acidente e do dano daí decorrente, independentemente de culpa e mediante a apresentação da documentação exigida no art 5º § 1º, a, da já referida lei, conforme se descreve abaixo:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. § 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: **(Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)**

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais. (grifo nosso)

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade



fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

É por demais farta a documentação acostada à Inicial fazendo prova verídica do ocorrido, tendo, o Requerente, direito à indenização por danos pessoais, conforme demonstrado pelos documentos em anexo.

DA PROVA PERICIAL

Como se sabe, em nosso ordenamento jurídico, é vigente o sistema do livre convencimento motivado do Juiz, onde as partes tem a possibilidade de se utilizar de vários meios de prova a fim de convencer o magistrado da existência de seu direito e consequentemente buscar a satisfação de sua pretensão. A este respeito, o novo Código de Processo Civil (2015) dispõe em seu artigo 369 que:

“As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos para provar a veracidade dos fatos em que se funda o pedido e influir eficazmente na convicção do juiz”.

Atuando nesta característica, deseja-se também poder se utilizar de prova pericial específica a fim de aferir, com maior certeza, por meio de parecer emitido por profissional adequado, o grau de incapacidade física do autor, decorrente do acidente de trânsito já mencionado em momento anterior. Isto, porque, conforme disposto em lei (art. 3º, § 1º da lei nº. 6.194/74), a indenização poderá variar de acordo com o grau de incapacidade acometido pela vítima, sendo que o limite fixado legalmente é de R\$ 13.500 (treze mil e quinhentos reais).

Como pode ser observado na documentação que segue em anexo (relatórios médicos, e exames), o autor se encontra acometido por limitações no movimento do lado direito, o que ocasiona diversos prejuízos pessoais e representa um grande entrave a ele no que se refere à execução de suas atividades cotidianas normais, inclusive de qualquer trabalho.

Tal limitação se apresenta como sendo de grande repercussão para o autor, pois afeta, de forma negativa, o seu dia-a-dia. No entanto, como é determinado por lei, se faz necessária a realização de perícia, uma vez que é de grande importância constatar o grau de limitação ocasionada pelo acidente.

Ressalta-se, Excelência, que, para poder discriminar o real impacto de uma



limitação ou condição em determinado indivíduo, é preciso debruçar-se primeiro e, individualmente, sobre o caso concreto. O que se está afirmando é: somente a análise do caso concreto é que poderá dizer se a limitação é de grande, média ou pequena repercussão.

Veja: o que é de pequena ou média repercussão para uns pode sim ser de grande importância para outros, afinal de contas nenhuma pessoa é igual, não se podendo, portanto, utilizar dos mesmos parâmetros na aplicação de medidas ou imposição de conceitos a cada uma delas – como se houvesse um padrão a ser seguido. Assim, deseja-se poder realizar prova pericial específica, em conformidade com o disposto nos artigos 464, 465 e seguintes do Código de Processo Civil vigente.

Quanto ao ônus da prova, o CPC de 2015, em seu artigo 373, outorga ao autor a responsabilidade de provar fato constitutivo de seu direito, no entanto, em determinados casos, pode sim o juiz inverter esse ônus probatório. Neste ponto, destaca-se que tem ganhado espaço na doutrina nacional a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo a ela se ajustar o ônus probatório, com o intuito de melhor atender às especificidades de cada caso concreto.

Dessa forma, seguindo a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, o ônus não decorre de uma simples definição em abstrato do legislador, ele deve ser distribuído em conformidade com o caso, devendo ser outorgado à parte que possuir as melhores condições de provar os fatos. A partir dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a prova fica a cargo do magistrado, enquanto sujeito imparcial, investido de jurisdição. Sobre esse posicionamento, o eminente doutrinador Humberto Theodoro Júnior afirma:

“Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção”.(Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008).

Corroborando com este conceito, Fredie Didier Júnior (2015, p.122) afirma:

“A redistribuição é feita caso a caso. É chamada, por isso, de distribuição dinâmica do ônus da prova - embora, como já se viu,



também ser dinâmica a distribuição feita por convenção das partes. A técnica é consagração do princípio da igualdade e do princípio da adequação. Visa-se ao equilíbrio das partes (art. 7º, CPC): o ônus da prova deve ficar com aquele que, no caso concreto, tem condições de suportá-lo. O processo deve, ainda, ser adequado às peculiaridades do caso, sempre que a regra geral revelar-se com elas incompatível. O CPC prevê a possibilidade de distribuição do ônus da prova pelo juiz. O CDC também o faz, para as causas de consumo - e sempre em favor do consumidor".(Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. 10ª. ed.- Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015.).

Este posicionamento não se encontra limitado ao campo da doutrina, há muito os Tribunais têm entendido dessa forma. Vejamos o entendimento da jurisprudência:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. RELAÇÃO DE CONSUMO CONFIGURADA. HIPOSSUFICIÊNCIA DO AGRAVADO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. EXEGESE DOS ARTS. 1º E 6º, VIII, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. Aplicam-se as diretrizes do Código de Defesa do Consumidor às ações de cobrança de seguro DPVAT, cabendo a inversão do ônus da prova, inclusive de ofício, quando estiver verificada a hipossuficiência do favorecido.

(TJ-SC - AG: 20120173843 SC 2012.017384-3 (Acórdão), Relator: João Batista Góes Ulysséa, Data de Julgamento: 12/09/2012, Segunda Câmara de Direito Civil Julgado)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA – HONORÁRIOS PERICIAIS – ANTECIPAÇÃO – DESNECESSIDADE – CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS DA NÃO PRODUÇÃO DA PROVA . A decisão agravada foi proferida em consonância com a posição dos membros da Câmara, que reconhece a possibilidade de inversão do ônus da prova em processos que visam o recebimento do seguro DPVAT, submetendo a agravante às consequências processuais da não produção da prova determinada. VALOR DOS HONORÁRIOS PERICIAIS – RAZOABILIDADE – RECURSO IMPROVIDO. Se o valor foi fixado pelo magistrado em observância aos critérios da razoabilidade e da complexibilidade dos trabalhos a serem realizados, a decisão agravada não merece



qualquer reforma. (TJ-MS - AGR: 14089481420158120000 MS 1408948-14.2015.8.12.0000, Relator: Des. Odemilson Roberto Castro Fassa, Data de Julgamento: 02/09/2015, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 03/09/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. HIPOSSUFICIÊNCIA DA PARTE AUTORA EVIDENTE. RECURSO DESPROVIDO. Pode o juiz inverter o ônus da prova quando reconhecer a hipossuficiência ou a verossimilhança das alegações do segurado consumidor, facilitando, dessa forma, sua defesa. A inversão do ônus da prova não obriga o réu a apresentar a prova, mas a sua inércia gera a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor, não comprovados no processo.(TJ-SC - AI: 725653 SC 2010.072565-3, Relator: Luiz Carlos Freyesleben, Data de Julgamento: 29/04/2011, Segunda Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Agravo de Instrumento n. , de Presidente Getúlio)

Visto isso, sendo evidente a necessidade de laudo profissional que possa discriminar o grau de limitação ao qual está acometido o autor e, buscando alcançar a verdade real e os parâmetros de justiça, espera-se que seja deferido o pedido de produção de prova e invertido o ônus probatório em face do réu, uma vez que o autor é pessoa hipossuficiente nesta relação.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, REQUER:

a) Seja a Requerida citada, na forma, da Lei nº. 9.099/95, para que, sob pena de revelia, compareça à audiência pré-designada, a fim de responder à proposta de conciliação ou apresentar defesa.

b) Ao final, seja julgado procedente o pedido, condenando a Requerida a pagar ao Requerente a indenização devida, com a devida correção monetária e acrescida de juros legais.

c) Que seja concedida os benefícios da justiça gratuita.

d) Que seja determinada a produção de prova pericial, com inversão do ônus probatório em face do réu, uma vez que o autor é a parte hipossuficiente nesta relação.

e) A condenação da ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes, arbitrados na base de 20% sob o valor da condenação;

Protesta por provar o alegado por todos os meios de provas admitidas pelo



direito, em especial, documental, testemunhal, depoimento pessoal do preposto da ré, bem como, as demais que se fizerem necessárias para o desfecho da lide.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos, pede deferimento.

Campo Maior – PI, 17 de janeiro de 2020.

ERASMO PEREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR
ADVOGADO
OAB-PI nº 11.727

ÉLIDA ANDRADE DE LIMA OLIVEIRA
ADVOGADA
OAB- PI nº 18.109

